Os Três Tempos do Brasil

Publicado no Jornal do Brasil, Setembro de 1996

Simon Schwartzman

O IBGE divulgou ontem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1995, o mais importante conjunto de informações sobre a realidade econômica e social da população brasileira. Mais de trezentas mil pessoas foram entrevistadas em cerca de 100 mil domicílios, e os resultados permitem produzir pelo menos três retratos distintos do país, não em termos geográficos (o que também pode ser feito), mas em termos dos ritmos e tempos de transformação em que vivemos.

O primeiro retrato, e que chama mais atenção, é o dos resultados de curto prazo do fim da inflação, o Plano Real. Comparada com 1993, a PNAD mostra uma importante melhora na distribuição da renda e aumentos para todas as faixas da população. O rendimento médio das pessoas economicamente ativas em 1995, 433 reais (comparado com 336 em 1993) só é inferior, na década, ao do ano do Plano Cruzado, 1986, de boas lembranças e tristes memórias, e próximo do de 1989, quando a inflação reinou descontrolada, e jogou a renda da população aos níveis mais baixos de todo o período nos anos seguintes. Em termos de distribuição, os 20 por cento de renda mais baixa detinham, em 1995, 3.1% da renda total, igual a 1996 contra 2.4 em 1993; os 20% mais ricos detinham 63,3% da renda total, contra 64,5% dois anos antes. As desigualdades ainda são enormes, mas o movimento é na direção correta. Estes resultados mostram, além dos grandes benefícios do plano de estabilização, a necessidade de mantê-los através do tempo, evitando a recaída inflacionária.

O segundo retrato é o do progresso, lento mas contínuo, que vem ocorrendo em muitas das principais variáveis estruturais da sociedade brasileira. Cai a taxa de analfabetismo, melhora a escolaridade, melhora o acesso aos recursos de eletricidade, água encanada e consumo de bens duráveis, diminui a mortalidade infantil, diminuem as taxas de natalidade, e aumenta o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à educação. Aos poucos, o Brasil vai adquirindo as características de uma sociedade moderna e desenvolvida.

O terceiro retrato é o da estrutura social do país, ainda marcada por profundas desigualdades sociais e regionais. As diferenças entre ricos e pobres continuam extremamente altas, os bolsões de pobreza do interior do Nordeste se mantêm quase inalterados, e o mercado de trabalho tem dificuldades de proporcionar a muitas pessoas um emprego regular e um salário condigno. Alguns destes problemas datam ainda de nosso passado de sociedade escravocrata, outros decorrem das transformações que estão ocorrendo na economia mundial. Para uns e outros, não basta esperar que os indicadores de progresso continuem melhorando aos poucos. São necessárias políticas sociais bem estruturadas, de redução das desigualdades, melhoria da renda e das condições de vida da população. Para isto é necessário um Estado

administrativamente competente, uma política econômica que estimule o crescimento de forma sustentada e viabilize a ação dos governos na área social.